

MATRIZ CURRICULAR EM EDUCAÇÃO FISCAL. LETRAMENTO EM CIDADANIA E EDUCAÇÃO FISCAL.



Matriz Curricular em Educação Fiscal.¹ Letramento em cidadania e educação fiscal.

Proposta do Programa de Cidadania Fiscal da Receita Federal do Brasil, no âmbito do projeto “Cidadania Fiscal da Receita Federal do Brasil, na extensão universitária e no currículo escolar”

Introdução

Esse documento é uma proposta de matriz curricular em educação fiscal, na perspectiva do projeto “Cidadania Fiscal da Receita Federal do Brasil, na extensão universitária e no currículo escolar”.

O que é a Cidadania Fiscal da Receita Federal. A cidadania fiscal é compreendida pela Receita Federal como fundamento transversal que baseia de forma direta e indireta, os processos de trabalho do órgão. Ela inclui iniciativas que favoreçam e ampliem a conscientização dos contribuintes a respeito da função socioeconômica dos tributos e do papel da Receita como agente fundamental ao provimento de recursos que viabilizam o Estado, buscando ainda promover a compreensão da sociedade quanto aos direitos e deveres relacionados à tributação e a importância da participação ativa do cidadão na construção de uma sociedade mais justa e solidária. (Portaria RFB 214/2022²).

Conexão à BNCC. Uma das iniciativas que atende a esse propósito está delineada pelo projeto “Cidadania Fiscal da Receita Federal do Brasil, na extensão universitária e no currículo escolar”, construído em consonância com o Acordo de Cooperação Técnica nº 21 de 2024, entre o Ministério da Educação e a Receita Federal do Brasil que tem com um dos pilares a inserção da cidadania e educação fiscal na educação básica³. Para a realização desse projeto a Receita estrutura conteúdos didático-pedagógicos, ações de sensibilização junto a entidades vinculadas à normatização e gestão da educação, bem como um trabalho sistemático, continuado e propositivo de

sensibilização à inclusão da cidadania e educação fiscal em estados e municípios. Destaca-se, nesse documento, a cartilha denominada “Cidadania Fiscal no Currículo Escolar”⁴ que traz uma proposta de alinhamento da cidadania e educação fiscal à Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Matriz curricular proposta. Nesse conteúdo a Receita traz uma sugestão de matriz curricular em cidadania e educação fiscal, afinada à BNCC, propondo **competências e habilidades específicas e que possam nortear à inclusão transversal da cidadania e educação fiscal na educação básica**. Para fins desse trabalho, compreende-se:

- 1. Matriz Curricular.** Documento que define competências, habilidades e conteúdos a serem trabalhados em cada etapa do ensino e, que organiza os objetivos pedagógicos de forma integrada, estruturada e coerente. A educação básica tem por base a BNCC, que determina parâmetros mínimos de aprendizagem, e reflete o Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada instituição, adaptando-se às realidades locais e sendo referencial a professores, gestores e comunidade escolar.
- 2. Currículo.** Representação da Matriz Curricular, organizando os componentes curriculares, seus conteúdos e suas cargas horárias na instituição de ensino. O currículo é o documento que detalha como a BNCC será implementada na prática, incluindo elementos pedagógicos adicionais como projetos, atividades complementares e práticas pedagógicas, atendendo as necessidades locais e as especificidades de cada comunidade escolar.

Letramento fiscal no PISA. O documento “Resultados do PISA 2022 (Volume IV)

¹ Conteúdo produzido pela gestão nacional da Cidadania Fiscal da Receita Federal do Brasil, por meio das analistas-tributárias Ana Paula Sacchi Kuhar e Marilene Carvalho Ferreira de Lima, em junho de 2025. Com contribuições revisoras: do analista-tributário Eduardo Schettino (Coordenação-Geral de Atendimento da Receita Federal do Brasil – Cogea); da professora Maria Ester Galvão de Carvalho, Diretora de Apoio Institucional, Auditoria e Compliance da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME Nacional).

² Portaria RFB 214/2022 – Define a Cidadania Fiscal <https://normasinternet2.receita.fazenda.gov.br/#/consulta/externa/125897/visao/multivigente>

³ ACT RFB & MEC 21/2024 https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/cidadania-fiscal-no-curriculo-escolar/act-mec-rfb-no-21_2024-1.pdf

⁴ Cartilha da RFB alinhando a BNCC à abordagem transversal da Cidadania Fiscal na educação básica <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/revistas/cidadania-fiscal/cidadania-fiscal-no-curriculo-escolar.pdf>

Quão financeiramente inteligentes são os alunos?”⁵ elaborado pelo INEP com base no **Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA)** traz a vinculação da educação fiscal ao letramento financeiro. O PISA diz respeito a um estudo comparativo internacional que **avalia o desempenho de estudantes na faixa etária de 15 anos em leitura, matemática e ciências, a cada três anos, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**⁶. O PISA não contempla de forma direta a educação fiscal, mas sim habilidades e competências essenciais afins à educação financeira e que favorecem a promoção de uma maior conscientização a respeito da função socioeconômica dos tributos, a importância da gestão pública e o controle dos gastos públicos, promovendo a cidadania. Nesse sentido, **propomos um passo além: fomentar a educação fiscal não apenas como uma mera compreensão do sistema tributário, mas sim como um conjunto de saberes que fortalecem a vivência cidadã, a solidariedade e a busca por maior igualdade social, ou seja, propomos um LETRAMENTO FISCAL**. Em outras palavras, essa abordagem parte da compreensão do sistema tributário e trabalha no sentido de ampliar a consciência cidadã por meio de ações como a consulta a portais de transparência, a participação em grupo de acompanhamento de contas públicas, a participação em debates para orçamentos municipais participativos.

Desenho da matriz alinhado à BNCC

Esta matriz de competências, visa nortear o letramento fiscal na educação básica e apoiar a efetivação do projeto “*Cidadania Fiscal da Receita Federal do Brasil, na extensão universitária e no currículo escolar*” por meio da implementação da **educação fiscal em sala de aula, de forma transversal e integrada aos componentes curriculares obrigatórios definidos na BNCC**:

Antes de seguir com a proposta de matriz, alguns conceitos precisam ser postos:

1. BNCC. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento normativo que define o rol de aprendizagens essenciais aos estudantes

na educação básica, conforme lei do Plano Nacional de Educação (PNE). Ela é referência à formulação dos currículos e das propostas pedagógicas das instituições escolares, que devem se nortear pela conquista de 10 (dez) competências gerais que são consideradas **direitos de aprendizagem**.

2. COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA⁷

- 1. CONHECIMENTO.** Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática, e inclusiva.
Objetivo: entender e explicar a realidade, colaborar com a sociedade e continuar a aprender.
- 2. Pensamento Científico, Crítico e Criativo.** Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. **Objetivo:** investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções.
- 3. Repertório Cultural.** Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
Objetivo: fruir e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
- 4. Comunicação.** Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
Objetivo: expressar-se e partilhar informações, sentimentos, ideias, experiências e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
- 5. Cultura Digital.** Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na

⁵ INEP. PISA e o letramento fiscal. Documento sobre o alinhamento da educação financeira <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-ativacao/avaliacao-e-exames-educacionais/pisa/matrices-de-referencia>

⁶ OCDE. PISA https://www.oecd.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-iv_5a849c2a-en.html

⁷ Texto da BNCC e da Revista Educação em <https://revistaeducacao.com.br/2018/10/05/bncc-competenciasgerais/>

vida pessoal e coletiva. **Objetivo:** comunicar-se, acessar e produzir informações e conhecimento, resolver problemas e exercer protagonismo de autoria.

6. **Trabalho e Projeto de Vida.** Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. **Objetivo:** entender o mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas à cidadania e ao seu projeto de vida com liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade.
7. **Argumentação.** Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta. **Objetivo:** formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns com base em direitos humanos, consciência socioambiental, consumo responsável e ética.
8. **Autoconhecimento e Autocuidado.** Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, com- preendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocritica e capacidade para lidar com elas. **Objetivo:** cuidar da saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e a dos outros, com autocritica e capacidade para lidar com elas.
9. **Empatia e Cooperação.** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. **Objetivo:** fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade, sem preconceito de qualquer natureza.
10. **Responsabilidade e Cidadania.** Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. **Objetivo:** tomar decisões com princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e democráticos.
3. **COMPETÊNCIAS NA BNCC (para além das competências gerais).** É a reunião de elementos para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e da

vivência no mundo do trabalho, sendo trabalhadas de forma gradual nas três etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). Os elementos são:

- a. **Conhecimentos** (conceitos e procedimentos);
- b. **Habilidades** (práticas, cognitivas e socioemocionais); e,
- c. **Atitudes e valores** (ações e princípios éticos).

4. **ÁREAS DE CONHECIMENTO NA BNCC.** Estão no ensino fundamental e médio e correspondem a campos do conhecimento humano que possibilitam, pelas suas abrangênicas, a conexão e comunicação entre conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares:

- a. **Ensino Fundamental**
 - i. Linguagens
 - ii. Matemática
 - iii. Ciências da Natureza
 - iv. Ciências Humanas
 - v. Ensino Religioso
- b. **Ensino Médio** (apenas 2 é obrigatório em todas as séries: matemática e língua portuguesa)
 - i. Linguagens e suas Tecnologias
 - ii. Matemática e suas Tecnologias
 - iii. Ciências da Natureza e suas Tecnologias
 - iv. Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

5. **COMPONENTES CURRICULARES.** As áreas de conhecimento se dividem em componentes curriculares (disciplinas) conforme o ano do ensino fundamental e médio, ou seja:

- a. **Gradação serial:**
 - i. Séries Iniciais. 1º ao 5º ano
 - ii. Séries Finais. 6º ao 9º ano
 - iii. Ensino Médio. 1º ao 3º ano
- b. **Gradação em componentes curriculares.** Desdobramento das disciplinas, por exemplo, no componente “Linguagens”:
 - i. **No ensino fundamental:** Língua Portuguesa, Língua Materna (para indígenas), Arte, Educação Física e, nas séries finais, Língua Estrangeira Moderna; e,
 - ii. **No ensino médio** a Língua Portuguesa.

6. **COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE ÁREA.** Cada área do conhecimento define competências específicas, cujo desenvolvimento é promovido ao longo dos anos de aprendizagem e explicitam

como as dez competências gerais se expressam na área.

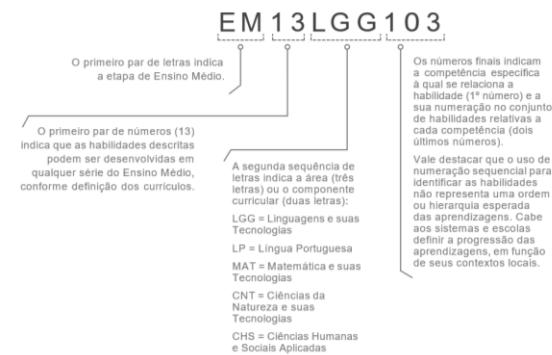
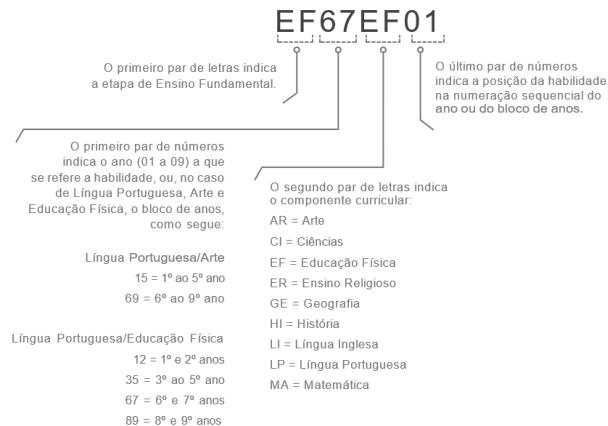
- a. **COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DO COMPONENTE.** Nas áreas que abrigam mais de um componente curricular (Linguagens e Ciências Humanas), são definidas **competências específicas do componente** (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa, Geografia e História);
- b. **HABILIDADES, OBJETOS DE CONHECIMENTOS E UNIDADES TEMÁTICAS.** Para garantir a realização das competências específicas, cada componente curricular tem um conjunto de HABILIDADES que estão relacionadas a diferentes OBJETOS DE CONHECIMENTO (conteúdos, conceitos e processos) e que são organizados em UNIDADES TEMÁTICAS que definem um arranjo dos objetos de conhecimento ao longo do ensino fundamental e médio, adequado às especificidades dos diferentes componentes curriculares. Cada unidade temática alcança uma quantidade de objetos de conhecimento e estes se relacionam a um número variável de habilidades que expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares e que são descritas de acordo com uma determinada estrutura, conforme ilustrado no exemplo a seguir: Habilidade sugerida nessa matriz curricular no ensino fundamental: “[Reconhecer o papel do cidadão como contribuinte e beneficiário dos tributos na sociedade](#)”, sendo:

- **Reconhecer.** Verbo que explicita o processo cognitivo envolvido na habilidade;
- **O papel do cidadão como contribuinte e beneficiário dos tributos.** Complemento do verbo, que explicita o objeto de conhecimento mobilizado na habilidade;
- **Na sociedade.** Modificador do verbo ou do complemento do verbo, que explicita o contexto e/ou uma maior especificação da aprendizagem esperada, ou seja, explica a situação ou condição em que a habilidade deve ser

desenvolvida, considerando a faixa etária dos alunos.

As habilidades, contudo, não descrevem ações ou condutas esperadas do professor, nem induzem à opção por abordagens ou metodologias. Essas escolhas estão no âmbito dos currículos e dos projetos pedagógicos, que devem ser adequados à realidade de cada sistema ou rede de ensino e a cada instituição escolar, considerando o contexto e as características dos seus alunos.

Na BNCC, nos quadros que apresentam as UNIDADES TEMÁTICAS, os OBJETOS DE CONHECIMENTO e as HABILIDADES são definidas para cada ano (ou bloco de anos). **Cada habilidade é identificada por um código alfanumérico cuja composição é exemplificada nas imagens a seguir:**



7. ITINERÁRIOS FORMATIVOS NO ENSINO MÉDIO. Os itinerários formativos são estratégicos para flexibilizar o currículo do Ensino Médio, possibilitando opções de escolha aos estudantes, estruturados com foco em uma área do conhecimento, na formação técnica e profissional ou, na mobilização de competências e habilidades de diferentes áreas, compondo itinerários integrados. Na BNCC a educação fiscal não está contemplada de forma textual,

mas sim em assuntos como “impostos” na matemática financeira e, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM)⁸, em “temas contemporâneos transversais estabelecidos na BNCC”, sendo um deles a “Economia, considerando as dimensões relativas à educação para o mundo do trabalho, à cultura empreendedora, à educação financeira e à educação fiscal”.

Matriz curricular em educação fiscal. Proposta de Estrutura

A seguir, delineia-se a proposta de matriz curricular em educação fiscal, sob a perspectiva da contribuição pretendida pelo projeto “Cidadania Fiscal da Receita Federal do Brasil, na extensão universitária e no currículo escolar”.

1. Ensino Fundamental

- a. Áreas de Conhecimento
 - i. Componentes Curriculares
 - 1. Séries
 - ii. Competências específicas
 - 1. Da área
 - 2. Do componente
 - iii. Unidades Temáticas
 - iv. Objetos de Conhecimento
 - v. Habilidades

2. Ensino Médio

- a. Áreas de Conhecimento
 - i. Componentes Curriculares
 - ii. Competências específicas
 - iii. Unidades Temáticas
 - iv. Objetos de Conhecimento
 - v. Habilidades
 - vi. Itinerários Formativos

⁸ Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM).
<https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes-ceb-2024>

Matriz Curricular em Cidadania e Educação Fiscal. Ensino Fundamental

EMENTA. A abordagem do tema **Cidadania e Educação Fiscal** tem como finalidade desenvolver nos estudantes a compreensão crítica sobre a função socioeconômica dos tributos, no contexto do funcionamento do Estado, da arrecadação, da aplicação dos tributos, da importância do controle social e do papel do cidadão na promoção do bem comum. Alinhada aos princípios constitucionais, à ética pública e à cultura da responsabilidade fiscal, a abordagem propicia o desenvolvimento de competências voltadas à cidadania ativa, ao pensamento crítico e à solidariedade fiscal. Com inserção transversal, interdisciplinar e progressiva, a Cidadania e Educação Fiscal articula-se às competências gerais da BNCC e integra conteúdos em História, Geografia, Matemática, Língua Portuguesa, Ciências e Ensino Religioso.

Competências Específicas da Cidadania e Educação Fiscal

- CF01** Compreender a função do estado, o papel dos tributos e sua função social na realização de direitos e na manutenção dos bens e serviços públicos.
- CF02** Identificar os direitos e deveres dos cidadãos no contexto fiscal e sua relação com a democracia.
- CF03** Reconhecer o patrimônio público como bem coletivo e fomentar o desenvolvimento de atitudes de preservação e respeito.
- CF04** Desenvolver noções básicas de orçamento público e de políticas públicas e suas conexões com o controle social.
- CF05** Promover o senso de justiça, ética, legalidade e solidariedade no uso dos recursos tributários e dos bens públicos.
- CF06** Estimular o protagonismo social por meio de práticas de cidadania ativa, como o uso dos portais de transparência.
- CF07** Combater práticas ilícitas que afetam a justiça fiscal como o contrabando, a pirataria, a corrupção no uso dos recursos tributários e por meio da sonegação fiscal.
- CF08** Utilizar linguagem acessível e recursos digitais para comunicar, argumentar e defender ideias relacionadas à cidadania fiscal, combatendo as notícias falsas e analisando criticamente suas narrativas.
- CF09** Valorizar a diversidade cultural e os impactos positivos dos tributos na promoção da cultura e do bem-estar coletivo
- CF10** Identificar a conexão entre justiça fiscal e redução das desigualdades sociais, em especial nos recortes de raça, gênero e de povos protegidos como os quilombolas e indígenas.
- CF11** Conhecer as funções e as responsabilidades das administrações tributárias e o papel do processo normativo como fator de justiça social.

Princípios da Cidadania e Educação Fiscal

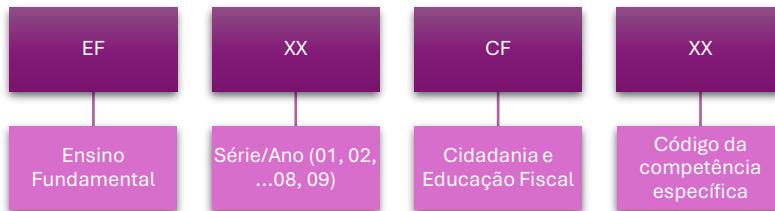
Princípio	Descrição
Solidariedade Fiscal	Reconhecimento de que todos contribuem para o bem comum, percebendo-se como corresponsável social.
Função Social do Tributo	Compreender o tributo como meio de garantir direitos e promover justiça socioambiental.
Ética e Legalidade	Atuação cidadã conforme princípios legais e morais no uso de recursos tributários e dos bens públicos.
Participação Social	Participação ativa do cidadão na fiscalização e nas decisões sobre políticas públicas, compreendendo a função responsabilidade do estado e das administrações tributárias.
Transparência e Informação	Direito de acesso a informações públicas para exercício do controle social e na gestão pública via cidadania participativa.
Responsabilidade Cidadã	Dever de respeitar e conservar o patrimônio público e os serviços coletivos.
Igualdade de gênero e raça	Uso dos tributos como fator de promoção da igualdade racial e de gênero.
Respeito à diversidade	Aplicação dos tributos como fator de promoção da inclusão social da população indígenas, quilombolas e todos os grupos que componham a sociedade.
Sustentabilidade ambiental	Investir e usar das regras tributárias em prol da sustentabilidade socioambiental.

Unidades Temáticas e Objetos do Conhecimento (por Etapa: anos iniciais e finais)

	Unidade Temática	Objetos do Conhecimento
Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	Coletividade e Bem Comum	Noções de coletivo, solidariedade, patrimônio público
	Para que servem os tributos?	Função social do tributo, bens e serviços públicos
	Direitos e Deveres	Papel e responsabilidades do Estado e do cidadão na sociedade
	Dinheiro público	Arrecadação e gastos públicos
	Cuidar do que é de todos	Patrimônio, ética e solidariedade
	Combate à pirataria e à sonegação	Produtos original e pirata e impacto econômico e de justiça tributária
Anos Finais (6º ao 9º ano)	A nota fiscal e a cidadania	Importância da nota fiscal na justiça fiscal
	Estado, Constituição e Tributos	Organização do Estado na Constituição de 1988, administração e normas tributárias e a justiça tributária
	Políticas Públicas e Orçamento	Destinação dos tributos, planejamento e orçamento público
	Corrupção e Controle Social	Combate à corrupção, papel da sociedade na fiscalização da receita tributária e nos investimentos respectivos
	Cultura e tributos	Incentivos fiscais, acesso à cultura e exercício pleno da cidadania
	Aduana e comércio legal	Função da Receita Federal no comércio internacional
	Cidadania Digital e Justiça Fiscal	Acesso aos portais de transparência e o uso de linguagem clara no fomento à cultura digital no âmbito na justiça fiscal
	Projeto de Vida, sustentabilidade socioambiental, populações vulneráveis e Justiça Fiscal	Impacto dos tributos na vida pessoal e coletiva, considerando os desafios ambientais, as populações vulneráveis nos recortes de gênero e raça, com olhar especial sob as populações negra, indígena, quilombola dentre outros.

Habilidades

Codificadas como: “**EFXXCDXXX**”. As habilidades são descritas com códigos, sendo “EF” o ensino fundamental, numeração dupla seguinte a série/ano, a sigla “CF” diz respeito à Cidadania Fiscal e a numeração dupla final é a competência específica em cidadania a ser trabalhada, formado esse conjunto “EFXXCFXX”, a habilidade a ser desenvolvida.



1º Ano – (EF01CF0X)	<ul style="list-style-type: none"> EF01CF01: Identificar situações do cotidiano que envolvem o uso coletivo de bens públicos (escolas, praças, hospitais). EF01CF03: Reconhecer atitudes de respeito e cuidado com o que é de todos. EF01CF06: Demonstrar, por meio de brincadeiras educativas, o valor de compartilhar e cooperar.
2º Ano – (EF02CF0X)	<ul style="list-style-type: none"> EF02CF01: Distinguir o que é público e o que é privado no cotidiano. EF02CF02: Relacionar a função dos tributos com o funcionamento dos serviços públicos básicos. EF02CF03: Identificar atitudes cidadãs no uso dos bens públicos.
3º Ano – (EF03CF0X)	<ul style="list-style-type: none"> EF03CF01: Reconhecer o papel do cidadão como contribuinte e beneficiário dos tributos na sociedade. EF03CF07: Compreender a importância da nota fiscal como instrumento de cidadania e de justiça social. EF03CF03: Participar de atividades de conscientização sobre o cuidado com o patrimônio público.
4º Ano – (EF04CF0X)	<ul style="list-style-type: none"> EF04CF01: Relacionar tributos e serviços públicos com situações do cotidiano (saúde, educação, segurança). EF04CF02: Identificar práticas que prejudicam a coletividade, como o desperdício e a depredação. EF04CF07: Diferenciar produto original e pirata e compreender seus impactos econômicos e socioambientais.
5º Ano – (EF05CF0X)	<ul style="list-style-type: none"> EF05CF08: Interpretar informações simples sobre arrecadação e despesas públicas. EF05CF05: Analisar atitudes que demonstram ética fiscal e respeito ao bem comum. EF05CF09: Compreender o papel do Estado e dos tributos na promoção da cultura e do lazer.
6º Ano – (EF06CF0X)	<ul style="list-style-type: none"> EF06CF11: Identificar a função das administrações tributárias e suas atuações na sociedade. EF06CF04: Reconhecer o orçamento público como ferramenta de planejamento do Estado. EF06CF10: Relacionar políticas públicas com necessidades sociais e com a arrecadação de tributos.
7º Ano – (EF07CF0X)	<ul style="list-style-type: none"> EF07CF10: Analisar o papel do Estado e dos tributos na construção da cidadania e da equidade social. EF07CF07: Compreender como a corrupção, em especial sob a forma da sonegação, prejudica o funcionamento do Estado e gera desigualdades sociais. EF07CF06: Investigar ações de controle social em sua comunidade e escola.
8º Ano – (EF08CF0X)	<ul style="list-style-type: none"> EF08CF08: Interpretar dados sobre arrecadação e gastos públicos em gráficos e tabelas. EF08CF06: Utilizar ferramentas digitais para acessar portais de transparência e informações públicas. EF08CF02: Debater a função socioambiental dos tributos com base em princípios éticos e constitucionais.
9º Ano – (EF09CF0X)	<ul style="list-style-type: none"> EF09CF11: Avaliar criticamente políticas públicas e ações de governo com base no orçamento e no impacto social. EF09CF05: Elaborar propostas de intervenção social, de aplicação prática, a partir do conhecimento sobre cidadania fiscal. EF09CF08: Argumentar sobre o papel do Estado na vida social e sobre justiça fiscal, combate à pirataria e à corrupção, com base em direitos e deveres, identificando notícias falsas.

MATRIZ CURRICULAR – CIDADANIA E EDUCAÇÃO FISCAL (Ensino Fundamental)

Elemento	Descrição	
Tema transversal	Cidadania e Educação Fiscal	
Etapa de Ensino	Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais – 1º ao 9º ano)	
Áreas de conhecimento	Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Ensino Religioso	
Componentes curriculares das áreas de conhecimento afins	História, Geografia (Ciências Humanas), Matemática, Língua Portuguesa e Artes (linguagens),	Ciências (Ciências da Natureza), Ensino Religioso
Competências Gerais da BNCC	1. Conhecimento 2. Pensamento científico, crítico e criativo 3. Repertório cultural 4. Comunicação 5. Cultura digital	6. Trabalho e projeto de vida 7. Argumentação 8. Autoconhecimento e autocuidado 9. Empatia e cooperação 10. Responsabilidade e cidadania
Competências Específicas da Disciplina	1. Compreender a função do estado, o papel dos tributos e sua função social na realização de direitos e na manutenção dos bens e serviços públicos. 2. Identificar os direitos e deveres dos cidadãos no contexto fiscal e sua relação com a democracia. 3. Reconhecer o patrimônio público como bem coletivo e fomentar o desenvolvimento de atitudes de preservação e respeito. 4. Desenvolver noções básicas de orçamento público e de políticas públicas e suas conexões com o controle social. 5. Promover o senso de justiça, ética, legalidade e solidariedade no uso dos recursos tributários e dos bens públicos. 6. Estimular o protagonismo social por meio de práticas de cidadania ativa, como o uso dos portais de transparéncia.	7. Combater práticas ilícitas que afetam a justiça fiscal como o contrabando, a corrupção, a pirataria, a corrupção no uso dos recursos tributários e por meio da sonegação fiscal. 8. Utilizar linguagem acessível e recursos digitais para comunicar, argumentar e defender ideias relacionadas à cidadania fiscal, combatendo as notícias falsas e analisando criticamente suas narrativas. 9. Valorizar a diversidade cultural e os impactos positivos dos tributos na promoção da cultura e do bem-estar coletivo 10. Identificar a conexão entre justiça fiscal e redução das desigualdades sociais, em especial nos recortes de raça, gênero e de povos protegidos como os quilombolas e indígenas. 11. Conhecer as funções e as responsabilidades das administrações tributárias e o papel do processo normativo como fator de justiça social.
Princípios da Cidadania e Educação Fiscal	Solidariedade Fiscal: contribuição para o bem comum. Função Social do Tributo: promoção de justiça social. Ética e Legalidade: respeito às normas e valores públicos. Participação Social: envolvimento na vida pública. Transparéncia e Informação: acesso à informação para o controle social. Responsabilidade Cidadã: zelo pelo patrimônio e serviços coletivos. Igualdade de gênero e raça: tributos como fator de promoção da igualdade racial e de gênero. Respeito à diversidade: tributos como fator de promoção da inclusão social da população indígenas, quilombolas e todos os grupos que componham a sociedade. Sustentabilidade ambiental: investimento e uso das regras tributárias em prol da sustentabilidade socioambiental.	
Unidades Temáticas	Anos Iniciais (1º a 5º ano): - Coletividade e Bem Comum - Para que servem os tributos? - Direitos e Deveres - Dinheiro público - Cuidar do que é de todos - Combate à pirataria e à sonegação - A nota fiscal e a cidadania	Anos Finais (6º ao 9º ano): - Estado, Constituição e Tributos - Políticas Públicas e Orçamento - Corrupção e Controle Social - Cultura e tributos - Aduana e comércio legal - Cidadania Digital e Justiça Fiscal - Projeto de Vida, sustentabilidade socioambiental, populações vulneráveis e Justiça Fiscal
Objetos do Conhecimento	Anos Iniciais: <ul style="list-style-type: none">• Noções de coletivo, solidariedade, patrimônio público• Função social do tributo, bens e serviços públicos• Papel e responsabilidades do Estado e do cidadão na sociedade• Arrecadação e gastos públicos• Patrimônio, ética e solidariedade• Produtos original e pirata e impacto econômico e de justiça tributária• Importância da nota fiscal na justiça fiscal	Anos Finais: <ul style="list-style-type: none">• Organização do Estado na Constituição de 1988, administração e normas tributárias e a justiça tributária dever de pagar tributos• Destinação dos tributos, planejamento e orçamento público• Combate à corrupção, papel da sociedade na fiscalização da receita tributária e nos investimentos respectivos• Incentivos fiscais, acesso à cultura e exercício pleno da cidadania• Função da Receita Federal no comércio internacional• Acesso aos portais de transparéncia e o uso de linguagem clara no fomento à cultura digital no âmbito da justiça fiscal• Impacto dos tributos na vida pessoal e coletiva, considerando os desafios ambientais, as populações vulneráveis nos recortes de gênero e raça, com olhar especial sob as populações negra, indígena, quilombola dentre outros.
Habilidades	1º Ano – EF01CF0X. EF01CF01, EF01CF03, EF01CF06 2º Ano – EF02CF0X. EF02CF01, EF02CF02, EF02CF03 3º Ano – EF03CF0X. EF03CF01, EF03CF07, EF03CF03 4º Ano – EF04CF0X. EF04CF01, EF04CF02, EF04CF07 5º Ano – EF05CF0X. EF05CF08, EF05CF05, EF05CF09	6º Ano – EF06CF0X. EF06CF11, EF06CF04, EF06CF10 7º Ano – EF07CF0X. EF07CF10, EF07CF07, EF07CF06 8º Ano – EF08CF0X. EF08CF08, EF08CF06, EF08CF02 9º Ano – EF09CF0X. EF09CF11, EF09CF05, EF09CF08

Matriz Curricular em Cidadania e Educação Fiscal. Ensino Médio

EMENTA. A abordagem do tema **Cidadania e Educação Fiscal** tem como finalidade desenvolver nos estudantes a compreensão crítica sobre a função socioeconômica e socioambiental dos tributos, no contexto do funcionamento do Estado, da arrecadação, da aplicação dos tributos, da importância do controle social e do papel do cidadão na promoção do bem comum e do fortalecimento da sociedade e democracia. Essa abordagem está alinhada ao desenvolvimento de competências e habilidades essenciais para a cidadania ativa, com base nos princípios constitucionais e nos direitos e deveres dos cidadãos, promovendo o controle social, o combate à corrupção, a justiça fiscal e o protagonismo juvenil. Busca, igualmente, despertar a consciência quanto às necessidades de investimento em justiça ambiental e no enfrentamento de desequilíbrios socioeconômicos que afetam recortes populacionais em aspectos de etnia, de gênero e de raça, sob a perspectiva da sociedade da comunicação imediata e das “inteligências artificiais” e seus usos para a propagação de notícias falsas com objetivos de trazer prejuízos à coesão e vivência cidadã. Como componente dos **itinerários formativos**, especialmente na área de **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas** e na área da **Matemática e suas Tecnologias**, a Cidadania e Educação Fiscal se articula com temas definidos na BNCC como projeto de vida, ética, finanças públicas, educação financeira e cultura digital, integrando saberes para a leitura crítica da realidade e intervenção consciente no espaço público.

Competências Específicas da Cidadania e Educação Fiscal

CF1 – Compreender o papel do Estado e a função social dos tributos e sua relação com os direitos fundamentais, orçamento público e justiça fiscal.
CF2 – Analisar criticamente a arrecadação, a aplicação dos tributos, reconhecendo o papel do cidadão na construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.
CF3 – Desenvolver atitudes de responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum, com senso crítico quanto às prioridades de investimento, a partir da valorização do patrimônio público, da ética tributária e da justiça fiscal e socioambiental.
CF4 – Utilizar dados, gráficos, portais de transparência e ferramentas digitais para monitorar receitas – em especial as perdas e renúncias – os gastos públicos, avaliar políticas públicas e exercer o controle social.
CF5 – Construir argumentos fundamentados sobre corrupção, em especial aquela da sonegação, contrabando, pirataria e outras práticas que ferem o interesse coletivo, com base em princípios constitucionais e éticos, observados os impactos socioambientais, os prejuízos à indústria nacional, à geração de empregos, à saúde pública, e na perpetuação das desigualdades sociais sob recorte étnico, de gênero e raça.
CF6 – Elaborar projetos e intervenções sociais, com enfoque prático, que fortaleçam a cidadania fiscal e o protagonismo juvenil em contextos escolares e comunitários, priorizando projetos que possam gerar impactos socioambientais e na superação das desigualdades sociais sob recorte étnico, de gênero e raça.
CF7 - Reconhecer a nota fiscal como um instrumento de controle social, de formalização das relações econômicas e justa concorrência, de combate à corrupção inclusive por meio da sonegação e, de promoção da justiça fiscal ao colaborar na garantia de tributos e sua consequente aplicação em políticas públicas.

Princípios da Cidadania e Educação Fiscal

Princípio	Descrição
Solidariedade Fiscal	Reconhecimento de que todos contribuem para o bem comum, percebendo-se como corresponsável social.
Função Social do Tributo	Compreender o tributo como meio de garantir direitos e promover justiça socioambiental.
Ética e Legalidade	Atuação cidadã conforme princípios legais e morais no uso de recursos tributários e dos bens públicos.
Participação Social	Participação ativa do cidadão na fiscalização e nas decisões sobre políticas públicas, compreendendo o papel do Estado a função e responsabilidade das administrações tributárias.
Transparência e Informação	Direito de acesso a informações públicas no agir no controle social e na gestão pública via cidadania participativa.
Responsabilidade Cidadã	Dever de respeitar e conservar o patrimônio público e os serviços coletivos.
Igualdade de gênero e raça	Uso dos tributos como fator de promoção da igualdade racial e de gênero.
Respeito à diversidade	Aplicação dos tributos como fator de promoção da inclusão social da população indígenas, quilombolas e todos os grupos que componham a sociedade.
Sustentabilidade ambiental	Investir e usar das regras tributárias em prol da sustentabilidade socioambiental.

Unidades Temáticas e Objetos do Conhecimento:

Unidades Temáticas	Objetos do conhecimento
Sociedade e Bem Comum	Conceito de solidariedade fiscal, aplicação dos tributos no patrimônio público e sua preservação
Tributos e Constituição	Função socioeconômica dos tributos; sistema tributário nacional e responsabilidade pela elaboração das normas tributárias; Função do Estado; Constituição Federal e exercício da cidadania plena
Gestão Pública e Transparência	Orçamento público; portais de transparência; fiscalização de recursos públicos
Participação e Controle Social	O papel do Estado na vida social; a função dos conselhos, ouvidorias, auditorias cidadãs; mecanismos de denúncia e controle social e seus impactos nos investimentos públicos e na redução das desigualdades sociais
Combate à Corrupção e Sonegação	Cidadania ativa; implicações da corrupção, em especial sob a forma de sonegação, contrabando e pirataria
Direitos e Políticas Públicas	Direitos sociais e as políticas públicas em saúde, educação, cultura e infraestrutura: seus impactos sobre as populações mais vulneráveis nos recortes de etnia, raça e gênero
Educação Financeira e Tributária	Arrecadação, gastos e perda de receita por renúncias e isenções fiscais, investimentos públicos; nota fiscal e seu papel na justiça fiscal; função das administrações tributárias e suas responsabilidades sociotributárias.
Cidadania Digital e Tecnologias	Uso de ferramentas digitais para controle social; cidadania em rede e o combate às notícias falsas e analisando criticamente suas narrativas
Projeto de Vida, sustentabilidade socioambiental, populações vulneráveis, Justiça Fiscal e Ética Pública	Intervenções sociais, protagonismo juvenil e valores republicanos na perspectiva da cidadania fiscal tendo com enfoque os investimentos públicos em sustentabilidade socioambiental e em políticas públicas que promovam a emancipação socioeconômica das populações mais vulneráveis nos recortes de etnia, raça e gênero.

Habilidades

Codificadas como: **EM13CFXXX**. Onde: “EM” é ensino médio; “13” diz respeito a qualquer série do ensino médio; “CF” é cidadania e educação fiscal; “XXX” onde o primeiro “X” é o número da competência específica, o segundo “X” é o ano de ensino priorizado para explorar o tema e, o terceiro “X” é o número da habilidade.



1º ANO – FUNDAMENTOS DA CIDADANIA FISCAL

Código	Habilidade
EM13CF111	Identificar o papel do Estado na sociedade, a função socioeconômica dos tributos e sua importância para o bem-estar coletivo e a justiça socioambiental.
EM13CF312	Analisar a relação entre patrimônio público, direitos sociais e responsabilidade cidadã.
EM13CF213	Compreender o papel das Administrações Tributárias, os meios arrecadação de tributos e o papel do processo normativo como fator de justiça fiscal.
EM13CF714	Utilizar a nota fiscal como instrumento de cidadania e de combate à corrupção da sonegação e, desenvolver ações educativas para promover a cultura da exigência da nota fiscal como prática cidadã.
EM13CF515	Refletir sobre o papel dos tributos na promoção da equidade socioambiental e justiça social.

2º ANO – PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Código	Habilidade
EM13CF121	Compreender o papel do Estado na sociedade, os princípios do orçamento público e sua vinculação às políticas públicas e seu papel na redução das desigualdades socioambientais.
EM13CF222	Investigar o funcionamento do controle social e os mecanismos de participação cidadã, utilizando inclusive ferramentas digitais para acesso a dados públicos e portais de transparência.
EM13CF523	Avaliar o impacto da corrupção, em especial aquela advinda da sonegação, sobre a oferta de direitos coletivos, em especial para as populações mais vulneráveis.
EM13CF424	Utilizar ferramentas digitais para acesso a dados públicos e portais de transparência para identificar o papel das renúncias fiscais e sua vinculação à disponibilidade de recursos públicos.
EM13CF625	Desenvolver argumentos para defesa da ética fiscal e do combate à informalidade econômica, elaborando e executando projeto que une a identificação das possibilidades de políticas públicas financiadas com tributos à redução do trabalho informal.

3º ANO – PROTAGONISMO E JUSTIÇA FISCAL

Código	Habilidade
EM13CF731	Investigar programas de incentivo à emissão de nota fiscal e sua eficácia no aumento da arrecadação e no controle social
EM13CF232	Analisa criticamente mitos e verdades sobre o sistema tributário brasileiro e o impacto das notícias falsas no direcionamento orçamentário e nas ações de redução das desigualdades.
EM13CF633	Propor intervenções e projetos de educação fiscal na comunidade escolar e no território, com enfoque especial em propostas de políticas públicas que reduzem o trabalho informal e atendam às populações mais vulneráveis nos recortes de etnia, raça e gênero.
EM13CF534	Avaliar o papel, das administrações tributárias na justiça tributária e, no âmbito federal, estudar de forma especial o papel dos tributos no comércio exterior e nos cadastros de contribuintes (CPF, CNPJ).
EM13CF435	Argumentar com base em dados e princípios éticos sobre a importância da cidadania fiscal nas ações de erradicação das desigualdades socioambientais.

ITINERÁRIO FORMATIVO

FORMATO: CIDADANIA FISCAL EM FOCO

Nome do Itinerário: Cidadania Fiscal em Foco: Justiça, Participação e Desenvolvimento

Área de Conhecimento: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (com interface com Matemática e Educação Financeira)

Carga Horária Recomendada: XX h (pode ser modular, com XX h por ano)

Componentes Curriculares Envoltos: Investigação científica, mediação e intervenção sociocultural, empreendedorismo⁹

Eixos estruturantes: Sociologia, Geografia, Filosofia, Matemática, Projeto de Vida, Educação Financeira, Cidadania Fiscal (núcleo estruturante)

Organização Modular do itinerário formativo:

Módulo	Conteúdos-Chave	Produção Final
Módulo 1 – Cidadania e Tributos	Sistema tributário, função social dos tributos, solidariedade, bem comum	Podcast ou vídeo educativo
Módulo 2 – Orçamento e Políticas	Orçamento público, políticas públicas, papel do Estado	Análise crítica de políticas locais
Módulo 3 – Ética e Controle Social	Corrupção, sonegação, nota fiscal, controle social	Campanha de conscientização
Módulo 4 – Protagonismo Juvenil	Projetos de intervenção, uso de portais públicos, cidadania digital	Projeto de extensão ou atividade extracurricular local

⁹ O itinerário formativo deve considerar a realidade local e ser construído de forma a propiciar aos estudantes possibilidades efetivas para desenvolver seus projetos de vida, participando de forma crítica, consciente e autônoma na vida cidadã e no mundo do trabalho. Para tanto, conforme define a BNCC, os itinerários devem garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e o uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil, organizando-se em torno de um ou mais dos 4 eixos estruturantes definidos. O itinerário “Cidadania Fiscal em Foco: Justiça, Participação e Desenvolvimento” se organiza por meio dos seguintes eixos estruturantes: a) **Investigação científica**: supõe o aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a interpretação de ideias, fenômenos e processos para serem utilizados em procedimentos de investigação voltados ao enfrentamento de situações cotidianas e demandas locais e coletivas, e a proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade; b) **mediação e intervenção sociocultural**: supõem a mobilização de conhecimentos de uma ou mais áreas para mediar conflitos, promover entendimento e implementar soluções para questões e problemas identificados na comunidade; c) **empreendedorismo**: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias.

MATRIZ CURRICULAR – CIDADANIA FISCAL (Ensino Médio)

Elemento	Descrição
Tema transversal	Cidadania e Educação Fiscal
Etapa de Ensino	Ensino Médio (1º, 2º e 3º anos)
Áreas Integradas	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas / Matemática
Competências Gerais da BNCC	<ol style="list-style-type: none"> Conhecimento Pensamento científico, crítico e criativo Repertório cultural Comunicação Cultura digital Trabalho e projeto de vida Argumentação Autoconhecimento e autocuidado Empatia e cooperação Responsabilidade e cidadania
Competências Específicas da Disciplina	<ol style="list-style-type: none"> CF – Compreender o papel do Estado e a função social dos tributos e sua relação com os direitos fundamentais, orçamento público e justiça fiscal. CF2 – Analisar criticamente a arrecadação, a aplicação dos tributos, reconhecendo o papel do cidadão na construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. CF3 – Desenvolver atitudes de responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum, com senso crítico quanto às prioridades de investimento, a partir da valorização do patrimônio público, da ética tributária e da justiça fiscal e socioambiental. CF4 – Utilizar dados, gráficos, portais de transparência e ferramentas digitais para monitorar receitas – em especial as perdas e renúncias – os gastos públicos, avaliar políticas públicas e exercer o controle social. CF5 – Construir argumentos fundamentados sobre corrupção, em especial aquela da sonegação, contrabando, pirataria e outras práticas que ferem o interesse coletivo, com base em princípios constitucionais e éticos, observados os impactos socioambientais os prejuízos à indústria nacional, à geração de empregos, à saúde pública, e na perpetuação das desigualdades sociais sob recorte étnico, de gênero e raça. CF6 – Elaborar projetos e intervenções sociais, com enfoque prático, que fortaleçam a cidadania fiscal e o protagonismo juvenil em contextos escolares e comunitários, priorizando projetos que possam gerar impactos socioambientais e na superação das desigualdades sociais sob recorte étnico, de gênero e raça. CF7 - Reconhecer a nota fiscal como um instrumento de controle social, de formalização das relações econômicas e justa concorrência, de combate à corrupção inclusivo por meio da sonegação e, de promoção da justiça fiscal ao colaborar na garantia de tributos e sua consequente aplicação em políticas públicas.
Princípios da Cidadania e Educação Fiscal	Solidariedade Fiscal Função Social do Tributo Ética e Legalidade Participação Social Transparência e Informação Responsabilidade Cidadã Igualdade de gênero e raça Respeito à diversidade Sustentabilidade ambiental
Unidades Temáticas	<ol style="list-style-type: none"> Sociedade e Bem Comum Tributos e Constituição Gestão Pública e Transparência, Participação e Controle Social Combate à corrupção e Sonegação Direitos e Políticas Públicas Educação Financeira e Tributária Cidadania Digital e Tecnologias Projeto de Vida sustentabilidade socioambiental, populações vulneráveis e Justiça Fiscal e Ética Pública
Objetos de Conhecimento	<ol style="list-style-type: none"> Conceito de solidariedade fiscal, aplicação dos tributos no patrimônio público e sua preservação; Função socioeconômica dos tributos; sistema tributário nacional e responsabilidade pela elaboração das normas tributárias; Função do Estado; Constituição Federal e exercício da cidadania plena; Orçamento público; portais de transparência; fiscalização de recursos públicos; O papel do Estado na vida social; a função dos conselhos, ouvidorias, auditorias cidadãs; mecanismos de denúncia e controle social e seus impactos nos investimentos públicos e na redução das desigualdades sociais; Cidadania ativa; implicações da corrupção, em especial sob a forma de sonegação, contrabando e pirataria; Direitos sociais e as políticas públicas em saúde, educação, cultura e infraestrutura: seus impactos sobre as populações mais vulneráveis nos recortes de etnia, raça e gênero; Arrecadação, gastos e perda de receita por renúncias e isenções fiscais, investimentos públicos; nota fiscal e seu papel na justiça fiscal; função das administrações tributárias e suas responsabilidades sociotributárias; Uso de ferramentas digitais para controle social; cidadania em rede e o combate às notícias falsas e analisando criticamente suas narrativas; Intervenções sociais, protagonismo juvenil e valores republicanos sob a perspectiva da cidadania fiscal tendo com enfoque os investimentos públicos em sustentabilidade socioambiental e em políticas públicas que promovam a emancipação socioeconômica das populações mais vulneráveis nos recortes de etnia, raça e gênero.
Habilidades	1º ano. EM13CF111; EM13CF312; EM13CF213; EM13CF714; EM13CF515 2º ano. EM13CF121; EM13CF222; EM13CF523; EM13CF424; EM13CF625 3º ano. EM13CF731; EM13CF232; EM13CF633; EM13CF534; EM13CF435

